



**ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 18/06/2015**

**CONSELHEIROS PRESENTES**

- 1 Carlos Alberto Chiodini – representante titular da Secretaria de Estado do Desenvolvimento
- 2 Econômico Sustentável – SDS;
- 3 Bruno Henrique Beilfuss – representante titular da Secretaria de Estado do Desenvolvimento
- 4 Econômico Sustentável – SDS;
- 5 Flavio Rene Brea Victoria – representante titular da Secretaria de Estado do Planejamento –
- 6 SPG;
- 7 Bento Garcia – representante titular da Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca – SAR;
- 8 Michele Marcon Telles – representante titular da Secretaria de Estado da Saúde – SES;
- 9 Luiz Carlos Rihl de Azambuja - representante titular da Secretaria de Estado da Fazenda –
- 10 SEF;
- 11 Ana Maria Mello Peixoto – representante suplente das Centrais Elétricas de Santa Catarina
- 12 S/A – CELESC;
- 13 Patrice Barzan – representante titular da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento –
- 14 CASAN;
- 15 Haroldo Tavares Elias – representante suplente da Fundação de Meio Ambiente – FATMA;
- 16 André Miquelante – representante suplente da Federação Catarinense dos Municípios –
- 17 FECAM;
- 18 Sérgio Marini – representante suplente da Associação Catarinense de Irrigação e Drenagem
- 19 – ACID;
- 20 Alexandre Bach Trevisan – representante titular da Associação Catarinense dos Engenheiros
- 21 – ACE;
- 22 Ciro Loureiro Rocha – representante titular da Associação Brasileira de Engenharia
- 23 Sanitária e Ambiental – ABES;
- 24 Alвори José Cantu – representante suplente da Associação Brasileira de Irrigação e
- 25 Drenagem – ABID;
- 26 Héctor Raul Muñoz Espinosa– representante suplente da Associação Catarinense das
- 27 Fundações Educacionais – ACAFE;
- 28 João Batista Lins Coitinho – representante titular da Associação Brasileira de Águas
- 29 Subterrâneas – ABAS;

30

**OUTROS REPRESENTANTES**

- 32 Fabio Bellettini Paganini - ACID;
- 33 Antônio Adílio – CASAN;
- 34 Gisele de Souza Mori – Analista Técnica da DRHI/SDS;
- 35 César Rodolfo Seibt – Analista Técnico da DRHI/SDS;
- 36 Rui Batista Antunes – Gerente de Recursos Hídricos – DRHI/SDS;
- 37 Camila de Andrade Christofoli – Secretária Executiva do CERH;

38

39 **INÍCIO:** 14h15min      **TÉRMINO:** 16h40min

40

41 Às quatorze horas e quinze minutos do décimo oitavo dia do mês de junho de dois mil e  
42 quinze, no Auditório da Secretaria de Estado da Administração - SEA, Florianópolis,  
43 reuniram-se os acima nominados para discutir, conforme a ordem do dia, os seguintes  
44 assuntos:



**ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 18/06/2015**

45

46 **Abertura:**

- 47     • Aprovação da Ata da 37ª Reunião Ordinária do CERH;  
48     • Posse de novos conselheiros do CERH;

49

50 **Deliberações sobre:**

- 51     • Resolução CERH *ad referendum* nº 05/2014 que trata da suspensão temporária da  
52         outorga para rizicultura;  
53     • Resolução CERH sobre critérios de outorga para atividade de mineração em cava  
54         aluvionar e em leitos de rios e demais corpos hídricos;  
55     • Homologação da alteração do § 3º do artigo 17 da Resolução 02/14 sobre a  
56         qualificação das captações consideradas insignificantes;  
57     • Prestação de contas do FEHIDRO;  
58     • Relatório das atividades dos Comitês de Bacias;  
59     • Proposta de cronograma de reuniões CERH 2015.

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

**Informações gerais.**

Após a verificação do quórum, a Secretária Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), Camila Christofoli, abriu a 38ª Reunião Ordinária do CERH, e passou a palavra para o Presidente do CERH, Carlos Alberto Chiodini, que deu posse aos novos Conselheiros, Nadia Bonumá e o Guilherme Xavier de Miranda Junior, representantes da ABRH, e Carlos Alberto Chiodini e Bruno Beilfuss, representantes da SDS. Após, saudou a participação de todos, desejou que nesse novo período proporcionar uma série de reuniões produtivas envolvendo os membros do conselho, que aqui estão por méritos de merecimento, lembrou que este o ano o assunto dos recursos hídricos foi pauta nacional, infelizmente no início do ano com notícias ruins, de escassez de água nos estados de maior potencial econômico, estima-se que com toda esta perda possa chegar até 1% a menos do nosso PIB, o que mostra a ligação direta dos recursos hídricos com a vida e com todas as formas de manifestação que nos temos que desenvolver com a nossa sustentabilidade, por isso devemos pautar o trabalho ouvindo as pessoas do conselho que tem conhecimento prático e histórico na área para criar um denominador comum, que traga benefício a todos e principalmente a sociedade catarinense, pois esta é determinação do governador Raimundo Colombo passa, e é desta forma que irá agir, manifestou a vontade de fortalecer a participação justificou a demora na reunião porque acabou tomando posse somente em fevereiro e encontrou dificuldades em montar a equipe, mas agora já está muito envolvido no trabalho para que atenda a necessidade das pessoas, agradeceu a participação de todos e disse que está na SDS mais para ouvir sugestões e críticas construtivas de forma que possa aplicar sugestões deste fórum, e passou a palavra para o Bruno presidir a reunião. Bruno se apresentou como Diretor de Recursos Hídricos e pediu a colaboração de todos para efetivamente que tenhamos um conselho cada vez mais atuante e que se tenham os papéis legais e formais previstos, para tornar com isso a questão dos recursos hídricos mais efetiva e mais transparente, podendo aproximar o conselho de toda a sociedade. Posteriormente, Bruno pediu para todos os Conselheiros se apresentarem. Dando continuidade a reunião, passou para a aprovação da Ata da 36ª Reunião Ordinária do CERH, indagando se algum



**ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 18/06/2015**

91 conselheiro tem alguma sugestão de alteração. Não havendo manifestação, a Ata foi  
92 aprovada. Bruno deu prosseguimento à pauta com o item “**Resolução CERH ad**  
93 **referendum nº 05/2014 que trata da suspensão temporária da outorga para**  
94 **rizicultura**”, que já foi discutida pela CTORH, passando para apresentação do Gerente de  
95 Outorga da SDS, Renato Bez Fontana. Renato cumprimentou a todos e explicou que SC é  
96 segundo maior produtor de arroz do Brasil, possuindo 8 mil propriedades, que representam  
97 10% safra brasileira, devendo ser tratado com muito critério pois representa um contingente  
98 muito grande, acrescentou também que há a necessidade de definição e aprovação de  
99 critérios técnicos e demais instrumentos que permitam emitir as outorgas de forma segura.  
100 Explicou que a Portaria SDS 036/2008 estabelece, em caráter provisório, vazão de  
101 referência Q98, sendo outorgável 50% desta vazão, estabelece também que enquanto o  
102 limite máximo de usos consuntivos for igual ou menor que 50% da vazão de referência as  
103 outorgas poderão ser emitidas pela SDS. Como justificativas apontou que: 1 - a vazão Q98  
104 ou equivalentes, de estiagem, constitui limite altamente restritivo, especialmente se  
105 considerado como vazão de referência com o mesmo valor para todo o ano; 2 – ao analisar  
106 o regime hidrológico de SC observa-se certa sazonalidade nas vazões naturais; 3-  
107 normalmente nos meses de maio a outubro as vazões são mais baixas e nos meses de verão  
108 mais altas; 4 – a rizicultura irrigada demanda grande volume de água nos meses de outubro  
109 a fevereiro ou março e quase nada nos demais meses do ano; 5 – as vazões de referência  
110 poderiam refletir esta característica (específica), adotando vazões de referência sazonais ou  
111 mensais ao invés de anual e esta flexibilização permitiria uma otimização da outorga de uso  
112 da água para rizicultura; 6 – como nem todas as atividades requerem as mesmas garantias  
113 de suprimento de água, poderia se adotar vazões de referência com permanências distintas  
114 de acordo com a tipologia do usuário, uma vazão, por exemplo, de Q98 para abastecimento  
115 público, Q95 para dessedentação animal e indústria; Q90 para irrigação; 7 – sazonalidades e  
116 níveis de garantias de água para diferentes usos estão previstos no sistema de apoio ao  
117 planejamento – SADPLAN – os estudos e formulação dos planos de bacias, através do  
118 SADPLAN e outras ferramentas, permitirá propor critérios de outorga mais adequados e  
119 com possibilidade operacional em cada uma das respectivas bacias; 8 – o limite máximo de  
120 derivações consuntivas, de acordo com a Portaria SDS 36/2008, diz respeito a soma de  
121 todas as captações instantâneas, do volume diário ou mensal, tratando-se de informações  
122 que merecem estudos e esclarecimentos, considerando que existe uma distribuição temporal  
123 e não coincidente dos diversos usos a serem considerados; 9 – diluição de efluentes:  
124 segundo a Portaria SDS 36/2008, o total de água disponível para diluição de efluentes é  
125 aquele 50% da Q98, não destinados aos usos consuntivos, o que torna o critério mais  
126 restritivo. Como os lançamentos não estão sendo outorgados também por falta de definição  
127 de parâmetros de referência, controle, monitoramento e revisão do enquadramento dos  
128 corpos hídricos, e considerando também que a rizicultura causa grande impacto na  
129 disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos, entende-se que é importante e prudente  
130 adquirir maior expertise sobre o assunto antes de propor sua regulamentação; 10 – como  
131 exemplo pode ser citada a Bacia do Rio Araranguá: estudos apontam déficit hídrico devido  
132 à demanda de água para irrigação de arroz. Analisa-se que 50% dos pedidos de outorga  
133 seriam negados à luz dos critérios atuais, entretanto, o plano de recursos hídricos da bacia  
134 está em elaboração e espera-se que o mesmo proponha prioridades de uso e diretrizes para  
135 aplicação do instrumento de “outorga de direito de uso dos recursos hídricos” adequadas à  
136 realidade específica da bacia. Conclui então que seria prudente suspender por 2 anos a



**ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 18/06/2015**

137 necessidade de outorga para captação e lançamento de água superficial nos rios e cursos  
138 d'água de domínio estadual na atividade de rizicultura, até a aprovação dos critérios  
139 técnicos e demais instrumentos que permitam emitir as outorgas de forma segura, sem  
140 comprometimento dos recursos hídricos e do desenvolvimento da referida atividade. O  
141 conselheiro Héctor, representante suplente da ACAFE, questionou se este era o documento  
142 discutido pela CTORH, e o Luiz Albertino Nunes – Analista Técnica da DRHI/SDS –  
143 explicou que o Renato procurou mostrar sua opinião da questão, ressaltando que a  
144 justificativa foi elaborada tendo por base a sugestão do conselheiro Héctor na CTORH, e  
145 também complementou dizendo que neste caso a SDS não está dando outorgas, está apenas  
146 emitindo ofícios dispensando a outorga para esta unidade, o que gera uma grande demanda  
147 de trabalho por parte da SDS, que poderia estar ocupando o tempo com outras demandas e  
148 não fazendo ofícios repetitivos, pois com esta atividade não esta regrada e não tem como  
149 outorgar esta suspensão temporária é necessária. Foi passada a palavra para o conselheiro  
150 Rogério Bardini, da ACID, que manifestou ter recebido o documento, parabenizou a equipe  
151 e disse ter entendido perfeitamente, pois são considerações claras e profundas, que tem o  
152 respaldo da associação, disse acreditar que agora com os planos de bacias haverá a  
153 possibilidade de se regulamentar esta questão com mais propriedade, passada a palavra para  
154 o conselheiro Lauro Zanatta da ABAS manifestou que a justificativa recebida pelos  
155 conselheiros foi discutida na CTORH e sintetiza a discussão, e devido a importância do  
156 setor, devendo então ser votada. Passada a palavra para o conselheiro Guilherme ele  
157 questionou sobre não ter recebido a resolução, e depois foi explicado que o que seria  
158 discutido seria a homologação pelo CERH da Portaria *ad referendum* nº 05/2014,  
159 manifestou também que em relação a justificativa apresentada pelo Renato cabe uma  
160 ressalva do ponto de vista técnico, no item 3 da justificativa da dispensa é defendido adotar  
161 diferentes outras vazões de referência sazonais e mensais para diferentes usos, do que a  
162 atual resolução através da Portaria 36, estabelece a Q98 para consumo humano, Q95 para  
163 dessedentação e Q90 para irrigação, há uma questão técnica que a Q98 está contida nesta  
164 vazão nas outras vazões, então o volume a ser concedido aos outros usos também seriam  
165 restritos, então ao adotar diferentes vazões para diferentes usos, e isso deveria ser  
166 contabilizado de maneira que não interfira e isso não vai aumentar a garantia de  
167 disponibilidade hídrica, e isso faz com que tenham restrições que nos planos de bacias vão  
168 ser contabilizadas trecho a trecho para que possa sim dar maior flexibilidade a  
169 disponibilidade hídrica naquela bacia hidrográfica, e esta questão deve ser considerada  
170 neste balanço de forma efetiva seja melhor garantida a água para o usuário. Passada  
171 novamente a palavra para o Renato, foi explicado que neste momento ainda não se está  
172 discutindo se vai ser Q95 ou Q98, apenas se está apresentando justificativas da Portaria *ad*  
173 *referendum* e que futuramente o plano de bacias vai dar estas respostas, que após esta  
174 suspensão temporária por 2 anos, a luz destes critérios nós tenhamos estas respostas para  
175 conceder as outorgas. Passada a palavra para o conselheiro Hector foi explicado que não há  
176 necessidade de aprovar a justificativa, mas sim a Portaria. Passada palavra para o  
177 conselheiro Bento ele explicou que não há necessidade de uma discussão técnica, somente a  
178 homologação da portaria *ad referendum*, devendo ser votada. Passada novamente a palavra  
179 para o Bruno foi colocada em votação, sendo aprovada por maioria, registrados os votos  
180 contrários da FIESC, CASAN e ABRH. Em Seguida, Bruno passou para o próximo item da  
181 pauta **“Resolução CERH sobre critérios de outorga para atividade de mineração em**  
182 **cava aluvionar e em leitos de rios e demais corpos hídricos”** que já havia sido discutida



**ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 18/06/2015**

183 pela CTORH, sendo efetuada a sua leitura na íntegra pelo Renato, e foi verificado alguns  
184 erros de formatação. Passada a palavra para o conselheiro Bento da Secretaria da  
185 Agricultura, foi sugerido que o parágrafo primeiro e segundo do artigo primeiro estão mal  
186 inseridos, devendo serem colocados ao final. Também foi sugerido pela conselheira Ivana,  
187 da FATMA, que com relação a exigência da licença ambiental no artigo terceiro deveria  
188 ficar claro que trata-se de licença ambiental prévia porque qualquer outra licença ambiental  
189 a outorga deve ser anterior e no artigo quinto, parágrafo único, que fala da renovação, foi  
190 explicado que a na FATMA para renovação é documento obrigatório a outorga válida,  
191 solicitando que deve ficar claro que a primeira manifestação seja da outorga e não a licença.  
192 Foi explicado pelo Luiz Albertino Nunes - Analista Técnica da DRHI/SDS que foi tomado  
193 este cuidado, sendo a primeira manifestação da SDS com a outorga. Passada a votação  
194 foram então criados mais dois artigos ao final, deslocando o parágrafo primeiro e segundo e  
195 acrescentada a palavra “prévia” no artigo 3º, VIII, além das alterações dos erros de  
196 formatação sendo aprovada com as alterações por unanimidade. Em Seguida, Bruno passou  
197 para o próximo item da pauta “**Proposta da alteração do § 3º do artigo 17 da Resolução**  
198 **02/14 sobre a qualificação das captações consideradas insignificantes**”, que assim como  
199 os dois primeiros itens da pauta, já haviam passado pela CTORH e foi feita a leitura do  
200 texto original sugerida pelo Renato, Gerente de Outorga “§ 3º As vazões inferiores a 5  
201 (cinco) metros cúbicos por dia serão consideradas insignificantes, assim como a extração de  
202 água subterrânea destinada exclusivamente ao consumo familiar e de pequenos núcleos  
203 populacionais dispersos no meio rural, independentemente de outorga, ficando, todavia, sujeitas à  
204 inspeção e fiscalização do órgão gestor”, que explicou que esta redação fica muito aberta e  
205 foram recebidos muitos pedidos, então para não perder o controle, inclusive do aspecto  
206 geológico e de poços profundos, foi proposta a qualificação do texto para: “As captações  
207 inferiores a 5 (cinco) metros cúbicos por dia serão consideradas insignificantes, desde que  
208 destinadas exclusivamente ao consumo familiar, assim como a extração de água subterrânea  
209 destinada ao atendimento de pequenos núcleos populacionais dispersos no meio rural,  
210 ficando, nestes casos, dispensadas de outorga, sujeitas apenas ao cadastramento de usuários  
211 de recursos hídricos e à inspeção e fiscalização do órgão gestor”. Explicou ainda que a ideia  
212 é desburocratizar somente para quem precisa de pouca água, pois foi pensado pra ter um  
213 caráter individual para satisfazer as necessidades básicas de pequenos núcleos  
214 populacionais, abastecimento familiar realmente. Passada a palavra para o conselheiro  
215 Hector, ele pediu para deixar claro de que esta alteração se refere a águas subterrâneas. Já  
216 conselheiro Alvorí Cantu questionou se trata de poços profundos, sendo explicado pelo  
217 Renato que se trata de poços rasos, cacimbas, para uso doméstico e comunitário, sendo os  
218 demais casos sujeitos a outorga. Passada a palavra para o conselheiro Lauro Zanatta, ele  
219 comentou para clarear a ideia do conselheiro Alvorí Cantu, comentou que existe um PL  
220 aprovado que prevê que todos os aparelhos de bombeamento deverão ser registradas no  
221 órgão gestor de recursos hídricos, dificultando as fraudes neste caso. Não havendo outras  
222 manifestações, Bruno passou para a votação, sendo aprovada por maioria, ficando  
223 registrado o voto contrário da FIESC. Dando continuidade a reunião, Bruno passou ao  
224 próximo item da pauta: “**Prestação de contas do FEHIDRO**”; passando a palavra então  
225 para o Rui Batista Antunes – Gerente de Planejamento dos Recursos Hídricos da SDS; que  
226 explicou que a supervisão do FEHIDRO será exercida pelo CERH, na pessoa de seu  
227 Presidente, que hoje é o secretário Carlos Chiodini e compete então CERH a deliberação da  
228 prestação de contas anual, também uma proposta orçamentária e do plano de aplicação, mas



**ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 18/06/2015**

229 o FEHIDRO hoje não é um fundo que tem os recursos disponíveis numa conta específica,  
230 integralmente, hoje o que entra no fundo parcialmente é da compensação financeiro pelo  
231 uso da água para geração de energia, então não tem como fazer um plano de aplicação para  
232 trazer para o CERH aprovar, neste caso não conseguiríamos nem pedir para Fazenda este  
233 recurso, então o que compete hoje do FEHIDRO é trazer aqui justamente o que foi aplicado  
234 no ano anterior dos recursos deste fundo. Foi comentado que na tabela enviada para os  
235 conselheiros estava repetida a informação do nº 15 e do nº 18, com valores idênticos para  
236 mesma secretaria (SDR Ibirama), sendo neste caso apagado um destes valores. Explicou  
237 também que após o encaminhamento desta tabela foi solicitado pelo Conselheiro Héctor  
238 que fossem inseridas as datas de aprovação do projeto, então esta data de aprovação que  
239 está constando é a data da aprovação na Diretoria de Recursos Hídricos, ou seja, a data do  
234 Parecer Técnico que foi dado favorável, e a data do pagamento que consta na tabela é a data  
241 do repasse para a SDR ou para a instituição. Explicou que tudo que chega na Diretoria de  
242 Recursos Hídricos é tentado encaixar nas ações e nos programas de ações que podem ser  
243 custeados pelo FEHIDRO, além disso, respondeu a outra solicitação efetuada por e-mail  
244 pelo conselheiro Héctor, sobre o orçamento do FEHIDRO para 2015, dizendo que isto não  
245 é possível pois o recurso não entra numa conta do FEHIDRO, ele entra na conta do Tesouro  
246 do Estado, então a medida que a SDS necessita deste recurso é solicitado uma  
247 suplementação de recursos para Secretaria da Fazenda e esse recurso é repassado, agora se  
248 toda compensação financeira entrasse numa conta do Fundo então nós saberíamos quanto  
249 está disponível para então orçar, mas isto não impede que se acessa o site da ANEEL e  
250 vejam ali quando o Estado de SC recebe por mês fruto da geração de energia das  
215 hidrelétricas. Questionado pelo conselheiro Luiz Carlos Azambuja da Secretaria da Fazenda  
252 qual foi o valor em 2014, sendo respondido pelo Rui, aproximadamente R\$ 28 a 35  
253 milhões, ressaltando que o que foi gastado do Fundo é de R\$ 15 milhões. Questionado pela  
254 conselheira Vanessa se este fundo é somente se compensação do setor elétrico foi  
255 respondido pelo Rui que também há emolumentos das outorgas, mas este valor é pequeno  
256 em relação a compensação financeira que o Estado recebe, ou parte dela, na medida da  
257 necessidade. Rui ainda lembrou que os valores dos comitês no ano passado eram de R\$  
258 150.000,00 para cada comitê, o comentou que no dia anterior, o Bruno esteve no Fórum  
259 Catarinense de Comitês e foi aumentado em R\$ 58.000,00 justamente para eles manterem  
260 as consultorias que eles estavam tendo lá do Programa SC Rural que não vai mais ter.  
261 Passada a palavra ao conselheiro Héctor ele questionou se os emolumentos de outorga  
262 seriam custeio e se está na Lei do FEHIDRO, Rui respondeu que são taxas administrativas e  
263 estão previstas na Lei que criou o FEHIDRO. O conselheiro Hector também questionou se  
264 os todos projetos foram aprovados pelos respectivos Comitês de Bacias, porque se fala  
265 muito de fortalecimento dos Comitês de Bacias e os projetos se passassem pelos crivos dos  
266 Comitês seria uma forma de fortalecer eles, e desta forma a população entenderia que ele  
267 tem uma função clara, e não ficariam brigando por coisas deste tipo. Rui respondeu que a  
268 grande maioria dos projetos e que hoje a SDS está procurando fazer com que os Comitês  
269 cumpram as funções e os objetivos para que eles foram criados e para isso o Estado está  
270 implementando ações através dos instrumentos de gestão. Ressaltou que os projetos  
270 importantes passaram sim pelos Comitês, salvo dos resíduos sólidos porque vem através de  
272 associações de municípios, citando ainda que hoje todos projetos que são recebidos é feito  
273 questão, antes de dar o parecer técnico, que tenha interferência específica na bacia  
274 hidrográfica ou que vai alterar o curso e que se refere a abastecimento de água, que seja



**ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 18/06/2015**

275 aprovado pelo Comitê antes que ele seja aprovado, até porque muitos vem via SDR que é o  
276 correto. Não é cultura ainda mas estamos querendo que o Comitê tenha maior participação  
277 ativa *in loco*, pois eles foram criados pra isso, por isto esta sendo estimulado para que  
278 ocorra. Passada então a palavra para o conselheiro Guilherme Miranda da ABRH, foi  
279 questionada a respeito da tabela apresentada, sobre financiamentos dos planos municipais  
280 de resíduos sólidos, enquanto o Estado não tratar de forma efetiva a implementação dos  
281 planos de bacias que é mais importante, isso dá margem a esta situação, disse que o Estado  
282 financiou uma política estadual que não é de recursos hídricos, mas sim de saneamento, em  
283 detrimento a questão política de financiar resíduos sólidos, disse entender que a questão do  
284 saneamento é muito importante, mas que existem outros fundos estaduais que poderiam  
285 financiar esta política. Então como não foi passado este assunto por este conselho e o  
286 CERH segundo o Decreto Estadual 2.648/98 é responsável pela supervisão do FEHIDRO e  
287 disse que estaria referendando uma coisa que particularmente este conselheiro não aprova,  
288 por com isso estaria implementando uma política que não seria de recursos hídricos  
289 enquanto há uma carência nas implantações destes instrumentos. Então é uma questão que  
290 os próximos projetos, e está na lei, que o coordenador deve ser designado por este conselho.  
291 Outra questão levantada é que como a supervisão parte deste conselho ele teria que apreciar  
292 os relatórios anuais e as propostas de orçamentos anuais, que não é uma questão financeira  
293 somente, são as ações que devem ser desenvolvidas ao longo do ano com essa política  
294 orçamentária que deveriam ser previamente aprovadas pelo conselho. Outras questão ainda  
295 levantada pelo conselheiro Guilherme, são as questões de cunho estadual, como, por  
296 exemplo, as ações desenvolvidas nas bacias hidrográficas que passa pelo Comitê de Bacia  
297 que seria um braço do CERH, mas as ações de relevância estadual como radar  
298 meteorológico, manutenção de barragens, Jardim Botânico, devem passar por este CERH,  
299 afirmando que o conselho não é meramente consultivo. Passada novamente a palavra para o  
300 Gerente Rui, que conforme o artigo 7º do Decreto 2.648/98 a supervisão do FEHIDRO será  
301 exercida pelo CERH, na pessoa de ser presidente, que é o Secretário da SDS, Carlos  
302 Chiodini. Em seu inciso VII lê-se que “compete ao presidente designar um coordenador e  
303 delegar competência para a prática de atos concernentes às atividades operacionais do  
304 Fundo”. O parágrafo único ainda diz que "Compete ao Supervisor do FEHIDRO, submeter  
305 à aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, os planos de aplicação dos  
306 recursos do Fundo, os relatórios anuais e a proposta orçamentária". Explicando a  
307 dificuldade que seria passar os projetos pelo CERH, por ele se reunir somente de 3 em 3  
308 meses, e principalmente por ele ter um recurso específico de compensação financeira e por  
309 este valor não cair na conta do fundo não tem como fazer um plano de aplicação porque não  
310 se sabe quanto exatamente vai entrar de dinheiro. Explicou novamente que o recurso do  
311 fundo está na Secretaria de Estado da Fazenda, cabendo somente a Diretoria de Recursos  
312 Hídricos a dar o parecer técnico dos projetos que chegam pleiteando recursos do  
313 FEHIDRO. Passada a palavra ao conselheiro Ciro Loureiro Rocha, da ABES, ele sugeriu  
314 que se a aplicação dos recursos do fundo está enquadrado dentro dos temas que o fundo  
315 pode financiar, ele está plenamente justificado, como por exemplo as ações de saneamento,  
316 que estão enquadradas e justificadas. Sugerindo que em cada reunião sejam apresentados os  
317 projetos que deram entrada na Diretoria de Recursos Hídricos para não acumular  
318 anualmente. Passada a palavra para a conselheira Vanessa, ela sugeriu que fossem  
319 disponibilizados os pareceres no site [www.aguas.com.br](http://www.aguas.com.br) para que os conselheiros tomassem  
320 conhecimento. Passada a palavra ao Bruno Henrique Beilfuss ele propôs que possamos criar



**ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 18/06/2015**

321 uma dinâmica no conselho, criando um grupo de trabalho que possa propor novas diretrizes  
322 para serem apresentadas como meta de execução as ações do FEHIDRO nos próximos  
323 exercícios financeiros. Passada novamente a palavra para o conselheiro Guilherme  
324 Miranda, da ABRH, sugeriu que fosse criada uma Câmara Técnica para acompanhar as  
325 ações do FEHIDRO, e fazer o orçamento para os próximos 2 anos. De volta a palavra para  
326 o Bruno ele sugeriu que fosse dentro da Câmara de Planejamento, ficou acordado de serem  
327 indicados os nomes, para que inclusive que acompanhe a execução do Plano Estadual, que  
328 deve iniciar ainda este ano. Ciro questionou novamente que deveria ser criado um  
329 mecanismo eficiente e eficaz para que os recursos da compensação financeira viessem  
330 integralmente para o FEHIDRO, criando um fluxo transparente dos recursos para que seja  
331 realmente aplicado com recursos hídricos. Passado então a palavra para o conselheiro Bento  
332 Garcia, da Secretaria da Agricultura, ele reforçou que devem ser trazidos os projetos para  
333 que sejam aprovados nas reuniões do CERH. Passada novamente a palavra para o Bruno,  
334 foi proposto que seja realizada uma revisão normativa, dos fluxos de recursos do  
335 FEHIDRO, sendo encaminhada a CTIL para que faça uma minuta de revisão tanto da Lei  
336 do Fundo quanto do Decreto que regulamenta, encaminhando como CERH ao Governo de  
337 Estado, e foi proposto também a criação da Comissão de Acompanhamento das Ações do  
338 FEHIDRO, para que se defina as linhas de atuação do Estado na área de recursos hídricos e  
339 apresentar os projetos em cada reunião. Não havendo nenhuma objeção, foi aprovada a  
340 proposta por unanimidade. Passada então para próximo item da pauta “**Relatório das**  
341 **atividades dos Comitês de Bacias**”, que também foi apresentada pelo Gerente Rui e  
342 ressaltou que a apresentação ficaria disponível no site [www.aguas.com.br](http://www.aguas.com.br). Passada a  
343 palavra ao conselheiro Hector, foi ressaltada a importância de fomentar os Comitês porque  
344 as coisas acontecem nos municípios, sendo necessário que eles entendam a importância dos  
345 Comitês, devendo inclusive estimular os municípios a apresentarem projetos para serem  
346 executados com o FEHIDRO. Rui então explicou que a DRHI tem tentado fazer este papel,  
347 fazendo com que os projetos passem pela aprovação dos Comitês. Em seguida, discutiu-se a  
348 “**Proposta de cronograma de reuniões CERH 2015**”. A sugestão da Secretaria Executiva  
349 foi de realização de mais duas reuniões ordinárias, nas datas 17/09 e 26/11 (todas datas são  
350 na quinta-feira), sendo questionado o melhor período, se matutino ou vespertino. Colocada  
351 em votação, os conselheiros optaram por continuar com as reuniões no período da tarde. O  
352 cronograma foi aprovado. Finalmente, passando para o último item da pauta “**Assuntos**  
353 **Gerais**” foi colocada em apreciação pela secretaria executiva a solicitação do Comitê da  
354 Bacia do Rio Urussanga da troca das entidades que compõe o Comitê, tendo em vista o que  
355 as entidades não estavam participando das reuniões, tendo ele cumprido todos os requisitos  
356 legais para tal alteração, foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. Por  
357 fim, Bruno Henrique Beilfuss agradeceu pela presença e participação ativa de todos e deu  
358 por finalizada a reunião.

Florianópolis, 18 de junho de 2015.

Camila de Andrade Christofoli  
Secretária Executiva do CERH